

PERCURSOS ENTRE A MEMÓRIA E IDENTIDADE: INSTITUIÇÕES SINDICAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ARQUIVO.

RICARDO MEDEIROS PIMENTA¹

I - Apresentação:

Este artigo busca refletir sobre alguns projetos de memória desenvolvidos em sindicatos brasileiros, aqui representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e pelo Sindipetro (do Ceará e de São Paulo). Estas experiências, portanto, se configuram enquanto uma das formas de resposta a um processo histórico deflagrado a partir da crise e fragmentação do mundo do trabalho nas últimas quatro décadas.

Essas práticas demonstram uma certa preocupação com a manutenção e formação da identidade operária e da consciência de classe por esses trabalhadores. Apontamos, portanto, para um processo atual onde a reintegração dessa classe com o presente, marcado de forma singular — ou seja, através de um momento histórico relacionado à ascensão da esquerda ao poder no Brasil —, se constitui pela reconstrução e pela divulgação da experiência passada.

Nesse sentido, a memória — em meio a um mundo onde o esquecimento aparentemente se mostra como algo inevitável e, portanto, natural da sociedade, do homem e de seus grupos — é um meio de mudança além de ser igualmente um meio de resistência. Ou seja, de poder. E que lutar pela memória é lutar por um futuro. É buscar o que nos move e impulsiona não para trás — como alguns acham —, mas sim para frente.

Dessa maneira, durante a construção dessa memória então institucionalizada através da figura do Sindicato, entendemos que estes projetos se apresentam enquanto parte de uma luta, segundo Axel Honneth (2003), por “reconhecimento” junto a uma classe trabalhadora que vem experimentando uma grande transformação.

O uso da História Oral aparece aqui como principal metodologia ao entrevistarmos antigos e atuais líderes sindicais e demais personagens que tenham contribuído para essa “promoção” da memória e para compreender como o sindicato do

¹ Doutor em Memória Social pela UNIRIO. Professor do curso de História da UCAM e da UNIABEU. Pesquisador da Revista de História da Biblioteca Nacional.

Século XXI vem se utilizando por meio de novas ferramentas para redefinir seu próprio espaço social e político na sociedade contemporânea.

Ou seja, através dessa abordagem procuramos compreender como suas ações referentes às políticas de memória, e seus respectivos desdobramentos, vêm se apresentando em diferentes espaços de atuação desses trabalhadores de maneira tão singular nos últimos anos.

Essa singularidade nos é apresentada pelos próprios sindicatos que através de seus projetos de memória realizados apontam para um “amadurecimento”, de caráter institucional, de sua estrutura política e social. Ou seja, o sindicato que passa a colocar em sua pauta a memória de seu grupo como ação a ser realizada, também passa a restabelecer “raízes” em um terreno por demais abalado nos anos recentes. Tal ação, portanto, se concretiza, ao nosso ver, através das palavras de Ricoeur onde “à memória está vinculada uma ambição, uma pretensão, de ser fiel ao passado” (2004: 40), então, a ela igualmente se atrela a busca não apenas por reconhecimento, como por legitimidade.

O uso da memória, portanto, está intimamente ligado à manutenção de uma identidade. Não nos admiremos que, afinal, essa aproximação com a experiência do passado — assim como em Santos (2005) — venha “solidarizando” a experiência da classe trabalhadora. E nesse sentido é que procuramos discutir acerca dos diferentes meios pelos quais alguns grupos organizados de trabalhadores decidiram falar sobre sua memória hoje; a organizando e divulgando-a junto à sociedade por novos e diferentes “vetores” de comunicação.

II - Entre altos e baixos, a experiência da classe trabalhadora brasileira em contínua formação:

No Brasil, após uma década matizada por vitórias expressivas no âmbito da luta sindical e proletária, principalmente ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), os anos seguintes à abertura política — ocorrida nos anos oitenta — foram marcados por uma espécie de “refluxo” a todos avanços executados anteriormente.

A partir do fim do regime em 1985, da nova constituição aprovada em 1988, e as eleições de 1989, o Brasil ratificava um passo importante para fora do regime militar o

qual gradualmente foi abatido pelas conseqüências desastrosas de um “milagre econômico maquiado” onde, por trás dos índices de crescimento, uma dívida externa sem precedentes era alimentada. Por outro lado, também o foi pela crescente mobilização e organização de “novos blocos” (Santana, 2001: 215) nos espaços sindicais cujos precursores estiveram a frente não apenas do chamado “novo sindicalismo” como também foram atores principais da criação do Partido dos Trabalhadores, o PT.

Ainda assim, a realidade presente nos anos seguintes era a de que uma nova política econômica se disseminava pelo mundo ocidental não respeitando fronteiras. A luta dos trabalhadores brasileiros, no decorrer dos anos 1960, 1970 e 1980, não foi igualmente a dos mineiros britânicos ou dos montadores da Ford e GM nos Estados Unidos. O operariado no Brasil lidava com uma realidade singular.

Afinal, em paralelo à crise vivida nos países centrais, a industrialização brasileira e seu respectivo desenvolvimento — assim como de outros países considerados àquela época como de segundo ou terceiro mundo — estavam profundamente ligados ao poder regulador do Estado que se endividava através de uma política econômica incipiente às necessidades do país e de sua população. Este fator parece ter contribuído para postergar os efeitos mais duros, antes experimentados pela classe trabalhadora internacional dos países centrais.

Entretanto, foi a partir da queda do regime ditatorial brasileiro que a classe trabalhadora brasileira passava a “acertar o relógio” com as demais incertezas vividas por outros sindicatos ao redor do globo que já lutavam contra processos de privatizações, “enxugamentos” e demais mudanças que se tornariam mais e mais presentes na realidade brasileira. Após o período de transição, considerando este o mandato do Presidente José Sarney — após a morte de Tancredo Neves, cuja eleição ainda foi realizada dentro do sistema militar —, marcado por uma intensa alta da inflação e da dívida externa, tornava-se mais claro que a emergência de uma nova política econômica fazia-se necessária ao passo que a antiga apenas havia auxiliado a uma crescente mobilização sindical no exercício de greves.

A “solução financeira”, segundo Silver (2005: 159), que já era conhecida dos países centrais desde finais da década de 70, tornou-se cada vez mais hegemônica nos países periféricos durante as décadas compreendidas entre os anos de 1980 e 1990. No

caso da América Latina, e mais especificamente do Brasil, foi ainda no decênio de oitenta que Estados se libertavam de regimes ditatoriais e, por conseguinte buscavam diálogo com o mercado externo através de uma política econômica condizente com a ordem internacional.

A combinação de soluções espaciais, tecnológicas/organizacionais e financeiras enfraqueceu seriamente — e “pelas costas” — os trabalhadores nos anos 1970 [nos países centrais] (...) No entanto, a maioria dos movimentos trabalhistas do Segundo e do Terceiro Mundo [países periféricos], que tiveram uma força impressionante nos anos 1970 e 1980, estava em crise na década de 1990. (Silver, 2005: 159-160).

Os efeitos da “solução” adotada não seriam estanques. O grande endividamento externo atrelado à inflação continuaria a ditar as regras pelos anos seguintes. Mesmo nos anos 1990 estes efeitos seriam sentidos, ainda que por vias diferentes. É bem verdade que a entrada na década de 1990, pelos trabalhadores brasileiros, a princípio foi marcada pela trajetória de vitórias e pela solidificação do “novo” como prefixo ao sindicalismo do final do século XX. No entanto, ao se desvencilhar das “pedras” encontradas na rota de lutas, o sindicalismo pós-ditadura não esperava um refluxo no que tangia suas atividades, vitórias e expectativas. A derrota do candidato operário² às primeiras eleições diretas e democráticas desde 64 marcava apenas o começo de numerosas incertezas. Afinal, a população elegeu como seu representante a direita. Ainda a direita. E com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o cenário de estranhamento, debilidade e desafios, o qual a classe trabalhadora enfrentaria, foi “talhado” pelo discurso neoliberal.

Não nos é estranho, entretanto, que o momento de transição, na década de noventa, para o regime democrático mostrou-se com uma pungente necessidade de crescimento econômico, pois mesmo à vista de diferentes grupos políticos, partidários e sociais, a questão referente à reorganização econômica e social, como Dedecca (2003: 110) assinala, era uníssona. Em meio às transformações geradas no cerne da abertura

² Luis Inácio Lula da Silva foi candidato nas eleições de 1989, 1994 e 1998.

econômica, mesmo após o processo de Impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello — em 1992 — o cenário apenas se agravou. Com a entrada do vice-presidente, Itamar Franco, ao poder o quadro econômico brasileiro continuava grave. Os índices de inflação mostravam-se maiores do que na década anterior e em menos de cinco anos os mesmos índices haviam mais que dobrado em relação à média de toda a década de 1980.

Tais condições apontavam para o “desafio” que era livrar-se do ranso de toda uma estrutura política, econômica e social autoritária que perdurou ao longo de quase três décadas. Muitas foram as mudanças, no entanto, é necessário compreendermos que elas não se realizaram “da noite para o dia”. Ainda em 1990 resquícios do antigo sistema podiam ser vistos, principalmente, em empresas estatais. Um exemplo disso foi a própria Petrobrás.

(...) nos anos oitenta [1980] e nos anos noventa [1990] o, um comportamento de ditadura no corpo gerencial da Petrobrás era muito visível, né? As gerências de um modo geral, elas se comportavam com atitudes, não permanentemente mas vez por outra você identificava em determinadas gerências comportamento e ações ditatoriais muito fortes. Suspensão de empregados... alijamentos de, de... ascensão dentro da empresa... E não só na gerência; também no corpo de supervisão (...).³

Em meio ao “turbilhão” econômico que se expandia nessa mesma década nos parece que o movimento sindical pode ter convivido com o “pior de dois mundos”. Por um lado, as “ruínas” burocráticas e gerenciais do período ditatorial; e por outro, a “invasão bárbara” do modelo neoliberal no mercado brasileiro e a “liquefação” das estruturas até então conhecidas pelos próprios trabalhadores.

Ao se flexibilizar, o setor industrial brasileiro rompeu com a sua memória construída nos parâmetros da escola fordista. Não apenas os processos de trabalho, como os produtos e a mão-de-obra que os criavam necessitavam ser “flexíveis” para atender a necessidade financeira privada e do mercado consumidor.

³ Entrevista realizada com dirigente sindical do Sindipetro – CE) em 05 de outubro de 2006.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores (...) A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (...) rápida destruição e reconstrução de habilidade, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical — uma das colunas políticas do regime fordista (Harvey, 2004: 141).

O espaço antropológico do operariado, o chão de fábrica, passava a ser dividido com outros trabalhadores que não eram ligados ao mesmo sindicato que eles, não possuíam a mesma experiência que eles e não detinham naquele trabalho um elemento identitário igual ao deles. A terceirização levou para dentro dos espaços fabris *outsiders* (Elias, 2001) que tinham como única semelhança aos demais atores a luta, agora, pelo emprego.

III - Entre a “tempestade” de mudanças a nova luta por reconhecimento:

Em meio à precarização, o desemprego e o progresso de uma cultura da individualização, o sindicalismo precisou se rever no “jogo” das atuações políticas e sociais contemporâneas. Uma crescente formação política desenvolveu-se em seu âmago e os anos seguintes lhes cobrariam isso.

Desse modo, é ainda na mesma década de noventa que as adaptações dessa classe trabalhadora começam a tomar forma em relação à ordem vigente. Este capítulo tem como objetivo apontar para algumas dessas adequações realizadas no espaço sindical, além de mais particularmente discutir o conjunto de estratégias abarcadas nessa, que poderíamos dizer ser, reestruturação sindical.

Foi nesta dinâmica de transformações no campo da produção, do trabalho e da política (ligada às questões sindicais) que casos como do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ou dos Sindipetros — no que concernem os trabalhadores da Petrobrás —, traduzem bem esse ambiente de mudança. Reservando-os às suas respectivas particularidades, estes dois sindicatos despontam como alguns dos mais fortes e expressivos da segunda metade do século XX, no cenário brasileiro.

De fato, falar sobre essas duas categorias, embora detentoras de suas singularidades; é sobretudo falar de uma classe trabalhadora única. Independentemente de suas práticas diferentes, os metalúrgicos e petroleiros brasileiros — principalmente após o início dos anos 80 com a fundação do PT, do surgimento do Novo Sindicalismo e mais tardar da CUT — constroem uma identidade política coletiva; e não apenas isso, formam uma consciência em relação ao seu papel histórico na sociedade brasileira muito bem elaborada.

Suas lutas se entrelaçaram muitas vezes pelos anos oitenta e noventa e, por esse motivo é que consideramos que há em certa medida — excetuando-se as questões mais singulares ou internas às práticas e experiências de seus trabalhos — uma identidade política comum em seus sindicatos.

Uma mudança externa e interna abarcava os trabalhadores e o próprio meio de trabalho. Os anos noventa puderam ouvir por diversas vezes as “vozes” desses trabalhadores do petróleo — que incessantemente se fizeram presentes, inclusive, no apoio às outras categorias que tinham na Central única dos Trabalhadores (CUT) seu ponto de interseção — e, em meio à crise que tomava seu auge nos anos correntes, demais companheiros que através da ação “cutista” buscava rever suas próprias estratégias. As vozes, independente do trabalho, setor, sindicato, traziam de modos diferentes uma única questão. A ameaça à identidade operária.

Não nos admiremos que em meio a um cenário tão “caótico”, tão heterogêneo, tornava-se cada vez mais imprescindível articular uma maneira de retomar não apenas a atividade como a credibilidade dos espaços políticos sindicais junto à sociedade. Era necessário retomar a legitimidade de uma classe trabalhadora muitas vezes vista em “xeque” e desgastada por um mundo cada vez mais individualista e consumista.

A “luta” do movimento sindical hoje, e de seus respectivos trabalhadores, é sobretudo social. As necessidades, para esses trabalhadores, de reconstrução de um passado comum através de projetos de memória estão para além das buscas individuais e, nesse sentido, se interpenetram em um movimento coletivo (Honneth, 2003: 256). Mas não é apenas isso; algumas das atividades realizadas pelos sindicatos extrapolam as paredes de seus prédios e ganham as ruas “transversalizando” diferentes espaços e grupos sociais.

Nossa hipótese é que os anos noventa trouxeram consigo um momento de reestruturação da classe trabalhadora. De seus sindicatos e centrais, frente às mudanças adotadas. Mas além disso, também levaram ao interior desses espaços uma crescente fragmentação calcada no aumento de disputas internas e partidárias em sindicatos — prejudicando suas ações coletivas — e nas centrais que serviam como espaço político de interseção dos diferentes trabalhadores. Os sindicatos dos metalúrgicos do ABC, bem como os Sindipetros associados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) eram, devido à própria importância do seu setor para o crescimento econômico nacional, grandes e expressivos politicamente e economicamente. E, nesse sentido, por suas estruturas mais verticalizadas e profissionalizadas — no próprio âmbito administrativo, burocrático e de atividades sindicais —, seu conjunto de estratégias nos chamou a atenção por parecerem ser mais visíveis estas novas estratégias.

O exercício do sindicato careceu de ser mais amplo e mais plural para atender um operariado muito mais heterogêneo e “fluido”. Na sociedade globalizada e veloz, a tecnologia da informação tornou-se um instrumental poderoso para quaisquer grupos que se habilitassem a usá-lo. Nesse sentido, não foi diferente para os grupos organizados de trabalhadores.

Esse pensamento foi partilhado em nível global e, ainda em 2001, a questão do uso da informação por grupos organizados de trabalhadores teve destaque no *Financial Times* como algo a ser melhor explorado por eles mesmos, e que ainda não era totalmente disseminado nas atividades sindicais.

Os sindicatos podem dar a volta por cima através do uso efetivo da tecnologia da informação. A internet pode prover os meios para um estratégico avanço do trabalho organizado.⁴

É dessa “volta por cima” que procuramos falar. No tocante às novas práticas realizadas no espaço sindical, aqui representado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelos Sindipetros, a familiarização com os recursos do ciberespaço vêm se

⁴ Taylor, Robert. INSIDE TRACK: Workers unite on the internet: TRADE UNIONS: They were as workplace relics quietly fading away. But information technology may offer labour organisations a new lease of life. In: *Financial Times* de 11 de maio de 2001. Acesso em 09 de novembro de 2006: <http://search.ft.com/search/>

dando de maneira lenta e gradual; porém já se mostra como uma das alternativas para o desenvolvimento dos sindicatos no presente. Nesse sentido, o sindicalismo mostra que não estaria “historicamente ultrapassado”, como Castells acreditava (1986 *apud* Santos, 2005: 112), ao passo que se (re)institucionaliza em função das novas demandas políticas, sociais e econômicas do mundo contemporâneo. As palavras de Debord se enquadram muito bem para essa questão:

A luta entre a tradição e a inovação, que é o princípio de desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, só pode prosseguir através da vitória permanente da inovação. Mas a inovação na cultura só é sustentada pelo movimento histórico total que, ao tomar consciência de sua totalidade, tende à superação de seus próprios pressupostos naturais e vai no sentido da supressão de toda separação. (Debord, 1997: 120).

É a informatização sindical, parte do desenvolvimento da cultura operária contemporânea; como é o processo de informatização global elemento da cultura mundial hoje. O acesso ao sindicato tem hoje o ciberespaço como uma de suas “portas” principais de acesso, e é através dela que grande quantidade de informações a respeito das atividades sindicais é colocada atualmente para a sociedade, e não apenas para os trabalhadores. Há, portanto uma intenção em se disseminar a experiência sindical em outros meios sociais que não apenas de seus integrantes.

Grandes sindicatos, como dos metalúrgicos do ABC paulista, são atualmente instituições cada vez mais complexas e burocratizadas. Há algo em sua imagem que difere de outros sindicatos menos representativos e com menos capital. Historicamente falando, o setor da indústria automotiva — cujo ABC paulista é representante inequívoco —, além de crescer progressivamente desde os anos 1950 no Brasil, foi o “ponto de partida” do novo sindicalismo no Brasil no final dos anos setenta; ademais é também lugar comum e “de memória” (Cf. Nora, 1998) do Partido dos Trabalhadores; o qual tem como muitas de suas lideranças, ex-trabalhadores oriundos do Sindicato do ABC, além de muitos outros integrantes.

Hoje o sindicato ele... Mudou muito. Você vê, um sindicato hoje não trata apenas das relações de capital e trabalho. [inaudível] O sindicato hoje ele também trata de meio ambiente, discute, não é? Investimentos e, discute inflação, vai discutir os juros do banco central; discute tudo. E então ele hoje, também atua como representante do cidadão, entendeu? É o sindicato mais cidadão, podemos dizer... Das questões do interesse... Da pessoa, das minorias, da mulher, não é? Da discriminação...⁵

Há serviços de saúde, educação (para menores e adultos), convênios e créditos para os sindicalizados e cooperativa habitacional; além de programas para atender jovens, mulheres, pessoas com deficiências e vítimas de discriminação. Atividades como estas fizeram parte do que se constituiu enquanto “sindicato cidadão” (Véras de Oliveira, 2002).

O que o sindicato acreditava ser seu campo de ação se ramificou e vem penetrando profundamente no espaço urbano da região do grande ABC. Nos parece que falar de uma “rizomatização” (Deleuze & Guattari, 1995) das atividades do sindicato através do espaço virtual — espaço esse visto por Lévy como vasto, aberto e potencialmente capaz de interconectar-se com todos os dispositivos criados pelo homem (Lévy, 2003: 104-105) — é também falar de uma expansão cujas atividades do mesmo hoje são colocadas em uma “vitrine para o mundo”. Vitrine essa que já é de conhecimento dos trabalhadores.

(...) penso que a informática, e a internet são uma ferramenta muito importante; (...) ao conhecimento. Enfim, ao mundo, não é? Porque a internet é o mundo; você tem conhecimento de tudo, informação de tudo que você quer, tanto de coisas boas como de coisas ruins. (...) é um canal de informação muito poderoso (...) as coisas de informação política, a postura do sindicato, o que o sindicato tá fazendo, isso tá na Internet. Isso é aberto, todo mundo conhece. (...) Então eu penso que nós temos hoje,

⁵ Entrevista realizada com funcionário e ex-sindicalista no gabinete do Ministro do Trabalho (Minsitério do Trabalho e Emprego, Brasília). Em 01 de junho de 2006. Concedida ao autor.

em torno de realizações, está na internet. Inclusive os jornais, (...) o que nós falamos está na internet, o mundo inteiro esta sabendo.⁶

Os meios de comunicação sindical se “lapidaram”, poderíamos dizer. Com o crescimento da aplicação da internet e de seus recursos em um espaço “livre”, do sindicato, o espaço social e político desses trabalhadores se tenciona para uma expansão sem precedentes. E não apenas isso, a estrutura dos discursos por eles defendidos se tornam cada vez mais dinâmica e veloz.

A tribuna Metalúrgica é hoje um periódico que alcança diversos segmentos e é democraticamente acessível pelo espaço virtual. Juntamente com a questão da cidadania ela procura disseminar não apenas as atividades sindicais como, também, uma cultura histórica e uma memória de luta do sindicalismo brasileiro. Há um objetivo nesse contexto que envolve a questão do acesso à informação e, conseqüentemente, de seu emprego na formação sindical e no cotidiano dos trabalhadores. Em um espaço mais descentralizado, aberto, flexível e rápido (Santos, 2005: 97) a própria estrutura sindical atual tão horizontal quanto vertical ao passo que um caráter de “rede” se forma a partir dessas mudanças.

Este exemplo não é exclusivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Os diferentes Sindipetros no país também atuam de maneira muito similar; dessa maneira caracterizando a formação dessa rede sindical de que falamos. Ao falar de memória há uma consciência comum de que o papel dos boletins, dos periódicos, é essencial para um autoconhecimento e formação da classe no futuro.

Qual que é a nossa grande fonte? De memória? Solta boletim! Solta boletim toda semana está lá, o boletim é a nossa história. (...) por isso que eu até falo para os companheiros; sempre que eu falo com eles alguma coisa, põe no boletim, põe no boletim, porque é onde fica gravado isso, e no final de todo ano a gente sempre faz uma retrospectiva com os principais acontecimentos do ano.⁷

⁶ Entrevista realizada com sindicalista e coordenador do Movimento de Alfabetização do SmABC, em 09 de maio de 2006. Concedida ao autor.

⁷ Entrevista realizada com dirigente sindical do Sindipetro Unificado de São Paulo - Campinas em 13 de setembro de 2005. Concedida ao autor.

É nessa dinâmica que, com periódicos digitais e impressos, além dos sítios eletrônicos, o sindicato se faz presente a plurais momentos e em diferentes espaços. A comunicação, cada vez mais veloz e ágil, possibilitou um amadurecimento maior desses sindicatos e uma melhor informação e conhecimento deles e de suas ações por parte dos trabalhadores, tanto antigos como novos. O espaço sindical virtual passa a ser um espaço de aprendizado, de cultura e de identidade para seus visitantes e atores. Interessante pensar que do “não-lugar”, que é o espaço virtual — inexistente no plano material —, constroem-se novos laços de identidade, e discursos em torno de um espaço simbólico, imagético, que serve de referência para os trabalhadores atuais.

Esse espaço, virtual, eletrônico, é sem dúvida um novo espaço que se forma para mobilização sindical. No entanto não substitui o tradicional conjunto de práticas ainda muito importantes para a classe em suas reivindicações. Práticas essas que ainda vivem um desafio para a aceitação e “convergência” de tantos trabalhadores diferentes.

(...) pra você constar, você tem que mobilizar, pra você mobilizar você tem que fazer algum estudo dentro da empresa, e o que a gente vê muito nesses novos trabalhadores é um enfrentamento virtual, é troca de e-mails, questionando, reclamando não sei o que lá; mas só que você manda um boletim, entrega pra eles, e fala assim: “ó, tal dia e tal hora vamos parar aqui, vamos fazer um protesto”. aí somem tudo (...) então não adianta vocês, novos, ficarem reclamando. Se vocês reclamarem e também não descerem aqui, não parar, não fizerem greve, não cruzar os braços, não se mexer... Não adianta ficar só mandando e-mail pro sindicato, eu sinto muito, sinto mesmo com qualidade, pelos revolucionários virtuais aqui do Rio de Janeiro.⁸

Ainda assim, o acesso às novas ferramentas dos dias atuais possibilita a esses trabalhadores criarem muito mais do que, até então, haviam criado. O exemplo do Sindipetro do Ceará aponta para uma crescente aceitação, e uso, da internet, da *homepage*, dos novos meios crescentemente utilizados pelos sindicatos. Quanto à

⁸ Ibidem.

implementação de um banco de entrevistas relacionadas à memória e às experiências dos trabalhadores filiados ao Sindipetro do Ceará; um de seus representantes aponta para um interesse crescente.

(...) nós botamos no site do sindicato; uma janelinha com a seguinte intenção. Que o companheiro lá do Ceará, ele entra no site, abre a janelinha e conta um pouco da experiência de vida dele. E aquilo vai pro sindicato. (...) E... Tem tido um certo, uma certa aceitação, não é? A gente compreende que o pessoal não se atira num projeto desse (...) porque o dia-a-dia das pessoas é pesado (...) Mas tem uma aceitação legal! E o quê a gente percebe? É que, a afinidade, né? Entre aquela pessoa que passa a fazer isso e a entidade sindical fica mais, mais sólida, fica mais próxima, não é? É como se quebrassem um gelo!⁹

Dessa maneira, no tocante às novas práticas e ferramentas, assim como os Sindipetros o exemplo do SmABC não é único, ainda que bastante significativo já que ele é o “berço” de um movimento que não parou de reinventar-se nos últimos anos, inclusive no que tange — ainda que todo o processo deflagrado com a crise dos anos noventa pudesse ter afetado os trabalhadores e seus sindicatos, bem como as relações por eles protagonizadas — seu espaço de atuação sindical. O que nos leva a questionar se, ao contrário do que alguns fatos apontaram, alguns sindicatos (após um momento mais duro de dificuldades junto à representatividade e atuação pública) não acabaram por se fortalecer no pós-crise do mundo do trabalho.

Mesmo em meio a diversas dificuldades, este parece ser o caso dos Sindipetros e do SmABC, principalmente, — o qual se enquadraria no que chamamos de “efeito elástico” no início deste capítulo — ao observarmos alguns dos atuais projetos de sindicatos, cujos trabalhadores pertencem a um determinado setor de ampla influência para o espaço político e econômico brasileiro, percebemos que há um intenso movimento — profundamente premeditado — de mobilização do sindicato junto à sociedade através de manutenção de discursos e símbolos que se relacionam

⁹ Entrevista realizada com dirigente sindical do Sindipetro – CE) em 05 de outubro de 2006.

diretamente com a memória do trabalho e da luta proletária, as quais estes mesmos se apresentam como representantes destas.

No ano de 2006 o SmABC realizara um concurso junto ao ensino público com o único objetivo de disseminar uma “memória partilhada” (Candau 2005) junto às crianças e adolescentes do grande ABC. Sua intenção primeira era da ordem de criar uma grande mobilização da sociedade ali inscrita em torno de um assunto que era remetido diretamente às resistências, desafios e vitórias daquele sindicato. O próprio entrevistado, Lulinha, assim nos disse:

(...) o que nós procuramos fazer nesse 1.º de maio? Nós procuramos resgatar a história do 1.º de maio... (...) nós promovemos, pras escolas, um concurso. Paras escolas, no caso de primeira a quarta, quinta e oitava série, pras crianças escreverem ou desenharem o que elas tem em mente sobre o 1.º de maio, sabe? O que são, o trabalho, o dia do trabalho e também pra questão dos jovens e adultos, no caso o movimento de alfabetização de jovens e adultos que é o MOVA, que nós também coordenamos uma ação regional aqui no ABC, ABC de São Paulo que envolve sete cidades.¹⁰

Ao desenvolver esse evento ancorado na memória e história do primeiro de maio o sindicato não apenas fortalece alguns de seus pilares identitários fortemente embasados na imagem da luta proletária, como também “restaura” alguns dos laços sociais entre sua instituição e a comunidade em geral. A preocupação com o futuro não apenas dos operários em si, mas sim da comunidade que lhes circunscreve passou a ser fortemente visto como ponto nevrálgico para a sobrevivência e desenvolvimento do sindicalismo contemporâneo.

Este fenômeno, cada vez mais vem sendo tratado e questionado ao passo que essas mudanças, da própria organização, estrutura e identidade sindical, torna-se parte de uma renovada luta da classe trabalhadora. Parte do “desenvolvimento” (Honneth,

¹⁰ Entrevista realizada com sindicalista e coordenador do Movimento de Alfabetização do SmABC, em 09 de maio de 2006. Concedida ao autor.

2003: 122) no qual essa classe atual se esforça para se reencontrar e se legitimar na sociedade como um todo; reconstruindo assim sua identidade.

IV – Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. (2005). *O Caracol e a sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo.

_____. (2003). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Col. Mundo do Trabalho. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial.

ARENDT, Hannah. (2003). *A Condição Humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

AUGÉ, Marc. (2001). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Papirus.

BACHELET, Bernard. (1998). *L'espace Vècu*. In : *Le Espace*. Paris : PUF.

BAJOIT, Guy. (2003). *Le changement social: approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines*. Collection Cursus. Paris: Armand Collin Éditeur.

BAUMAN, Zygmunt. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BECK, Ulrich. (1997). “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp.

BOURDIEU, Pierre. (2003). *A Economia das Trocas Simbólicas* (org. Sergio Miceli); coleção Estudos. 5ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (1997). *A Miséria do Mundo*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.

BRAGA, Ruy. (2003). *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Ed. Xamã.

CANDAU, Joël. (2005). *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. (2003). “Anos 1990: a estabilidade com desigualdade”. In: RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Editora Boitempo.

DURAND, Jean-Pierre. (1996). *Le Syndicalisme au Futur*. Col. Alternatives Sociologiques. Paris: Syros.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.

GIDDENS, Anthony. (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

GOMES, Angela de Castro. (2005). *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora FGV.

GORZ, André. (2003). *Metamorfozes do Trabalho: crítica a razão econômica*. São Paulo: Editora Annablume.

GUIMARÃES, Nadya. (2003). “Por uma sociologia do desemprego”. In: RAMALHO, José Ricardo. SANTANA. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Editora Boitempo.

HALBWACHS, Maurice. (2004). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.

HARVEY, David. (2004). *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens Da Mudança Cultural* Tradução: Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

HONNETH, Axel. (2003). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 1ª edição. São Paulo: Ed. 34.

LOVISOLO, Hugo. (1989). “A Memória e a Formação dos Homens”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, n. 3.

LUKACS, John. (2005). *O fim de uma era*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NORA, Pierre. (1993). “Entre memória e história: a problemática dos lugares” In: *Projeto História*. Revista do Programa de estudos pós-graduados em História do departamento de história PUC-SP. Nº10, dez.93.

POLLAK, Michael. (1992). Memória e Identidade Social In: *Estudos Históricos: Teoria e História*. Rio de Janeiro, vol. 5, número 10.

RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. (2006). *Trabalho e Desenvolvimento Regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad.

_____. (2004). *Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo*. Col. Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2003). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Editora Boitempo.

RICOEUR, Paul. (2004). *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

RODRIGUES, Iram Jácome. (2004). *Sindicalismo e desenvolvimento regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC*. In: XXVIII Encontro Anual da Anpocs.

[Seminário Temático: Trabalho, sindicato e os desafios do desenvolvimento]. Caxambu – MG.

SANTANA, Marco Aurélio. (2001). *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Col. Mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial e UNIRIO.

SANTANA, Marco Aurélio. (1999). *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – RBCS, Vol. 14 nº 41.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2005). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Col. Reinventar a emancipação social para novos manifestos v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SENNETT, Richard. (2006). *The culture of New Capitalism*. U.S.A: Yale University.

_____. (2005). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. 9ª edição. Rio de Janeiro.

SILVER, Beverly J. (2005). *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo.

THOMPSON, E.P. (1998). *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1987). *A Formação da Classe Operária Inglesa, A Árvore da Liberdade*. Volume 1; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WOODS, Ellen Meiksins. (2001). *A origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. FOSTER, John Bellamy. (1999). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1998). *Rising from the Ashes?: Labor in the Age of Global Capitalism*. Monthly Review Press.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. (2002). *Sindicalismo e Democracia no Brasil: atualizações (do novo sindicalismo ao sindicato cidadão)*. Departamento de Sociologia da USP, Ed. Datilo.